

**X Encontro de Pós-graduação
em História Econômica**

Virtual

**8ª Conferência Internacional
de História Econômica**

9, 10, 11 e 12 de novembro

2020

**A industrialização brasileira sob o viés das
“indústrias nipônicas”**

Adriano Amaro de Sousa

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

A industrialização brasileira sob o viés das “indústrias nipônicas”¹.

Brazilian industrialization under the bias of “niponic industries”.

Adriano Amaro de Sousa²

Resumo: Vivemos na atualidade um movimento de constantes fluxos de informações e produção/circulação de mercadorias, sendo que processos se fundem e confundem, nessa teia complexa chamada de globalização. Nesse sentido, o presente texto objetiva destrinchar o panorama vigente da indústria nipo-brasileira atrelada ao movimento da industrialização nacional e da entrada de multinacionais japonesas no país. Para isso, são destacados os investimentos diretos nos setores produtivos: pelos migrantes na incipiente indústria nipo-brasileira, pelas *joint venture* parcerias Brasil-Japão e pela entrada das multinacionais japonesas nos ramos estratégicos. Tendo como pano de fundo as crises e oportunidades do capitalismo industrial tardio brasileiro e japonês.

Palavras – Chave: Industrialização, imigração, investimentos diretos, Japão, Brasil.

Abstract: We live today in a movement of constant flows of information and production/circulation of goods, and processes merge and confuse, this complex web called globalization. In this sense, this paper aims to disentangle the landscape industry Japanese-Brazilian movement tied to industrialization and the entry of Japanese multinationals in Brazil. This clearly highlights the direct investment in the productive sectors: migrants in Japanese-Brazilian incipient industry, the joint venture partnerships Brazil-Japan and the entry of Japanese multinationals in strategic branches. With the backdrop of the crisis and opportunities of industrial capitalism late Brazilian and Japanese.

Key - Words: Industrialization, immigration, direct investments, Japan, Brazil.

Introdução

Historicamente, o Japão e o Brasil aderiram ao capitalismo industrial tardiamente, isto quer dizer, que somente no final do século XIX o processo de industrialização foi inicializado. As relações diplomáticas e econômicas entre esses dois países deram-se pelo Tratado de Amizade Comércio e Navegação, assinado na cidade de Paris, em 1895. Primeiramente, essas relações bilaterais foram concretizadas com a imigração do trabalhador japonês para o Brasil, de 1908 até a II Guerra Mundial. Posteriormente, na década de 1970-80, o relacionamento entre Brasil e Japão passou a ser centrado nos investimentos, na cooperação econômica e nos intercâmbios esportivo, cultural e de trabalho (os *dekasseguis*).

Foi com a introdução do modo de produção capitalista que o Japão conseguiu se livrar das amarras do sistema feudal e implantar o imperialismo militar nipônico. Já o

¹ Este artigo é resultado parcial do terceiro capítulo da minha dissertação de mestrado intitulada “*O vôo do Tsuru. O empresariado nipo-brasileiro: de colono à industrial*”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP– Presidente Prudente, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet, com o financiamento da FAPESP.

² Doutor em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP-PP. E Professor na Faculdade de Tecnologia de Itaquaquecetuba – FATEC Itaquaquecetuba.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Brasil esteve estruturado no modo de produção pré-capitalista (monocultura, mão-de-obra escrava e latifúndio) e, depois, iniciou sua formação capitalista balizada nos reflexos da dinâmica econômica cafeeira agro-exportadora. O Japão e o Brasil conheceram a industrialização atrasada quase que concomitantemente, mas foi somente com a forte participação do Estado que o capitalismo industrial de ambos os países deslançou³.

O capitalismo industrial tardio no Brasil e no Japão.

Todavia, o processo de industrialização iniciado na Inglaterra mostrou que o capitalismo industrial foi dinamizado pela iniciativa privada que se revelou apta nas técnicas modernas de produção⁴. Já na Alemanha, a ação do Estado foi fundamental para o desenvolvimento industrial balizado na indústria pesada (bens de consumo duráveis) que, posteriormente, esteve associado aos bancos de investimentos burgueses (privados), consolidando, assim, o capital industrial alemão. O Japão e a Rússia tiveram o processo de industrialização acelerado pelo Estado devido à falta de uma classe de empresários que impulsionasse o setor fabril, por isso atuaram em diversos setores estratégicos. Por sua vez, “[...] o Japão, como a Rússia, aproveitou-se da contribuição estrangeira mas, ao contrário do que sucedeu na Rússia, o estrangeiro não substituiu a iniciativa nacional” (NIVEAU, 1969, p.117). Ambos tinham pontos em comuns, “[...] mas a classe de

³ O capitalismo industrial iniciou na metade do século XVIII no momento em que a indústria foi predominante na atividade econômica capitalista. Suas principais características foram: produção em série, divisão técnica do trabalho, trabalho assalariado, propriedade privada, consumo de massa, invenções, inovações, entre outras. De modo geral, o capitalismo industrial esteve centrado na produção de mercadorias cujo objetivo era transformar os recursos naturais em produtos “artificiais” de valor agregado, gerando, assim, a acumulação de capital. As três principais abordagens sobre o capitalismo são: comercial, industrial e financeiro. O capitalismo comercial iniciou na fase das grandes navegações. Já o capitalismo industrial se inicia na I Revolução Industrial. Por último, o capitalismo financeiro inicia-se após a I Guerra Mundial com o desenvolvimento dos bancos e das corretoras de valores (OLIVEIRA, 2003). O capitalismo industrial, segundo Mandel (1946-1972), ressurgiu na fase da Terceira Revolução Tecnológica (microeletrônica, informática e telecomunicações), onde os mercados foram ampliados e estiveram baseados em investimentos diretos externos, além disso, ocorreu o crescimento do capital financeiro e do Bem-Estar-Social (keynesianismo). Foi dentro desse cenário que se consolidou a indústria japonesa e, em menor grau, a indústria brasileira, sendo que o processo produtivo de ambas teve uma dinâmica sólida, madura e moderna de visibilidade internacional competindo dentro e fora do mercado nacional.

⁴ O marco da Revolução Industrial teve como lugar de origem a Inglaterra. Tal revolução aconteceu (de certo modo) devido à invenção da máquina de fiar, que passou a produzir os produtos têxteis, em quantidade bem maior para os consumidores. E, também, pelas profundas mudanças que resultaram no desenvolvimento do capitalismo industrial inglês a partir dos seguintes fatores: a) Revolução Agrícola (leis de cercamentos e técnicas agrícolas); b) transportes (construções de canais, pontes e calçadas); c) pressão demográfica (diminuição da mortalidade e progresso da medicina); d) inovações técnicas (*tear* mecânico e máquina a vapor). Essas mudanças consolidaram a formação do mercado interno britânico. Assim, as condições sociais que favoreceram a dinâmica capitalista balizada na mercadoria estavam estruturadas no tripé: propriedade privada - divisão social do trabalho - troca. Segundo Niveau (1969), p. 15), a Inglaterra foi “o berço da sociedade industrial capitalista, [...] ofereceu a Marx um campo privilegiado de observação, sobre o qual lhe foi possível fundar sua doutrina”.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

dirigente japonesa, que fez a revolução *Meiji*, soube aproveitar melhor do que a classe de dirigente Rússia a derrocada do sistema feudal” (NIVEAU, 1969, p.117).

No Brasil, a gênese da dinâmica industrial ocorreu nas duas últimas décadas do século XIX, devido ao aumento da grande produção cafeeira e às iniciativas dos imigrantes europeus. Porém, somente na década de 1930, com a tutela do Estado, iniciou-se o processo de industrialização substitutiva de importações. Já o desenvolvimento industrial no Japão emergiu com a modernização do país (Restauração *Meiji*, 1868), depois das pressões estrangeiras para a abertura dos mercados⁵. Logo, o Estado nipônico promoveu as iniciativas industriais financiando as grandes corporações privadas (*Zaibatsu*⁶). Fizera isso porque os dirigentes das classes agrícolas e das pequenas empresas artesanais não tinham condições técnicas e nem financeiras para alavancar o processo de industrialização⁷. Em outras palavras, esses dois países se diferenciavam muito no que tange ao processo de industrialização, as ambos se desenvolveram com a ajuda de capitais externos. O Japão (Estado) investiu nas grandes empresas familiares (*Zaibatsu* e *Keiretsu*⁸). No Brasil o Estado promoveu o setor industrial e, em seguida, pela dificuldade e falta de *know how* teve a importante contribuição das multinacionais estrangeiras (dentre elas as japonesas).

Nesse sentido, a dinâmica industrial da economia brasileira consolidou-se através do processo de industrialização substitutiva de importações entre os anos 1930 e 1980.

⁵ A industrialização japonesa emergiu com as rápidas transformações do capitalismo de Estado militar imperialista após a Restauração *Meiji*. Tal Estado era o grande impulsionador e financiador da industrialização (ALLEN, 1983). A indústria foi o principal pilar do crescimento econômico do Japão. Isso quer dizer que o capitalismo nipônico esteve balizado na tríade imposto rural - industrialização - expansão territorial (OKABE, 1974). Ademais, houve uma transferência da riqueza rural para a urbana-industrial através dos impostos.

⁶ Os *Zaibatus* foram os principais conglomerados econômicos a receberem os subsídios fornecidos à iniciativa privada. Os nobres e os grandes comerciantes se beneficiariam nessas aquisições de fábricas. O Estado investiu nesses poderosos grupos industriais-financeiros de origem familiar, visando o desenvolvimento dos setores estratégicos, especialmente a indústria pesada: ferro, aço, construção naval (NIVEAU, 1969). Assim, os quatro grandes *Zaibatus* foram *Mitsui* (banco), *Yassuda* (indústria naval), *Mutisubishi* (banco) e *Sumimoto* (minas de cobre). Contudo, com a ocupação americana no território japonês no pós II Guerra Mundial foi desmontada os *Zaibatus* de forte caráter familiar para introdução dos *Keiretsus* de sociedade anônima (ARRIGHI, 1996).

⁷ Cf. Okabe 1974.

⁸ O *Keiretsu* foi um conjunto de empresas com relações entre si. Houve uma forte sinergia entre banco indústria. Nada parecido com os conglomerados empresariais existentes em outros países. O *Keiretsu* apresentava características bem abrangentes e diferenciadas e atuava praticamente em todos os setores da economia. Um único conglomerado produzia de alimentos a aço e de carros a satélites. Das centenas existentes no Japão os seis principais são: *Mitsui*, *Mitsubishi*, *Fuyo*, *Sanwa*, *Daí-chi* e *Sumitomo*. Foi dentro de um *Keiretsu*, o *Mitsui* na fábrica da Toyota, que foi elaborado essa nova estrutura empresarial que impulsionou a III Revolução Industrial chamada de *toyotismo*. Para Chesnais (1996), esses grupos industriais e financeiros são altamente diversificados, mas com estrutura frouxa e muito descentralizada. Além disso, elas mantêm uma gama de relações de cooperação (intra-grupo) e terceirização.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Foram cinquenta anos de políticas industriais dinamizadas pela tutela do Estado. Tal desenvolvimento buscava um crescimento rápido da industrialização nacional. Para Brum (2000, p. 191), “a industrialização era tida como a chave para o desenvolvimento. Ao lado de uma agricultura forte, era fundamental a implantação e expansão de um parque industrial”. Com isso, entre as décadas de 1930 e 1950, o país passou por uma profunda transformação na base do seu sistema capitalista, tendo como paradigma a mudança da hegemonia do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial. Assim, a industrialização emergiu como o viés de substituição de importações após o *crack* da bolsa de Nova York.

Foi a partir de 1933 que a economia brasileira começou a se recuperar da crise de 1929, apostando no setor industrial, que passou a comandar o processo de acumulação de capital no país (CANO, 1998). Com a substituição de importações pretendia-se expandir a industrialização para além dos ramos têxtil e alimentício, procurando trabalhar com atividades manufatureiras mais complexas no setor de bens de consumo duráveis, visando à consolidação do capitalismo industrial. Nesse sentido, as políticas industriais do Governo Vargas fomentaram o desenvolvimento do país balizado na atuação do Estado através dos investimentos em infra-estrutura básica e de incentivos à empresa privada nacional.

Os investimentos realizados pelo Estado nos setores industriais, no período de 1930-1950, não foram suficientes para alavancar o processo de industrialização. Contudo, somente após a implantação do Plano de Metas (cinquenta anos em cinco) no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) e, depois, durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) no Governo Geisel (1974-1979), a industrialização se deu de forma sólida, onde o Estado tornou-se responsável pela política de substituição de importações do país, com o apoio das empresas multinacionais do ramo de tecnologia de ponta: metal-mecânico/científico (automobilística), químico (petróleo, farmacêutica etc.) e eletroeletrônico (televisor, rádio, liquidificador, etc).

Nessa perspectiva, ficou evidente que, com a internacionalização da economia brasileira, a empresa multinacional ganhou maior espaço em detrimento da indústria privada nacional, destacando-se em setores mais dinâmicos de grande volume de capital e de alta tecnologia. Contudo, o desenvolvimento autônomo com forte base industrial balizado na indústria privada nacional se esgotou após a II Guerra Mundial e o Estado comandou o processo de industrialização como empreendedor. Posteriormente, o Estado passou a atrair empresas multinacionais para os setores estratégicos, buscando, assim,

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

consolidar o processo de internacionalização economia brasileira. Essas multinacionais vieram para o país exigindo o monopólio em determinados mercados, atuaram por muito tempo sem concorrentes, isso foi prejudicial para a consolidação da dinâmica interna do país.

Um dos resultados da política de industrialização por substituição de importações, sob a proteção do Estado, foi a construção de uma economia (indústria) acentuadamente fechada, isto é, com pequena participação do mercado internacional e, portanto, sem o desafio de precisar modernizar-se continuamente para enfrentar a concorrência de outros países (BRUM, 2000, p. 224).

Porém, na década de 1980, a política industrial que sustentava o modelo de substituição de importações entra em colapso devido às crises econômicas internacionais (choque do petróleo) e nacionais (dívida externa, inflação e desemprego) do período. Já na década de 1990, com a abertura da economia à competição internacional, o mercado assumiu, no lugar do Estado, centralidade na dinâmica industrial, procurando reestruturar e modernizar, gradativamente, o parque industrial nacional pela capacidade tecnológica e produtiva. Essas mudanças aconteceram pela estabilização monetária (Plano Real), pela desregulamentação dos mercados, pela privatização das empresas públicas e pelas fusões e aquisições de empresas.

No limiar do século XXI, medidas estratégicas foram tomadas pelas empresas multinacionais e nacionais com a reestruturação produtiva, visando ultrapassar a recessão econômica dos anos 1990 e 2000 e ampliar o mercado devido à concorrência estrangeira. Assim, as empresas multinacionais foram importantes no país, pois elas imprimiram um padrão de produtividade, de inovação tecnológica e de qualificação dos trabalhadores. Tal padrão colocou a indústria brasileira na economia globalizada.

Em síntese, é dentro deste contexto, que compreendemos a participação da indústria privada nipo-brasileira e a entrada das empresas multinacionais japonesas no processo de industrialização brasileira, como faremos a leitura no próximo tópico.

A contribuição japonesa no processo de industrialização brasileira.

A importância da contribuição japonesa no processo de industrialização brasileira pode ser analisada pela articulação do tripé dos seguintes agentes empresariais: a) as indústrias nipo-brasileiras, que iniciaram de forma modesta após a II Guerra Mundial com uma pequena unidade fabril artesanal e com recursos próprios, tornaram-se médios e grandes grupos industriais, atuando em diversos setores da economia nacional e, em

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

alguns casos, no mercado internacional (DUNDES, 1998; HANDA, 1987; MOURÃO, 1994 e 2002); b) as parcerias produtivas Brasil e Japão foram dinamizadas pelas *joint ventures* entre empresas brasileiras estatais e privadas com as associações de capitais japoneses a partir de 1950, e os investimentos deram-se nos setores siderúrgico e petroquímico (UEHARA, 2002; HANDA, 1987); c) as entradas das empresas multinacionais japonesas ocorreram com a internacionalização das indústrias nipônicas na década de 1970, elas ingressaram nos mais diversos segmentos produtivos, em especial nos ramos metal-mecânico e eletroeletrônico (UEHARA, 2002; HANDA, 1987)⁹.

A indústria privada nipo-brasileira: do agro-artesanato à mecânica.

Nesse sentido, as indústrias nipo-brasileiras iniciadas na década de 1940 tiveram como motivação a substituição de importações. Porém, foi com a formação e consolidação do mercado interno paulista/brasileiro balizado na economia cafeeira e algodoeira, que os imigrantes japoneses puderam trabalhar na lavoura e, posteriormente, acumular capital e iniciar as suas atividades fabris artesanais na cidade de forma modesta. Foi nessa fase que a corrente imigratória japonesa (1924-1941) atingiu o seu ápice com a chegada de 157.206 pessoas (correspondendo a 67% do total de 234.636, conforme Sakurai (2000)). Sendo assim, a maioria desses imigrantes nipônicos que entraram no país foram destinados à agricultura, embora uma parte deles tivesse experiência em atividades comerciais e/ou industriais no capitalismo militar e imperialista emergente japonês¹⁰ (vide o quadro 1).

Quadro 1: As principais indústrias nipo-brasileiras (1940-60).

Os maiores empreendimentos dos imigrantes
(Cz\$, milhões, 1986)

⁹ As três fases que definimos em nossa pesquisa também tiveram como subsídio a COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA (1992).

¹⁰ Trabalhamos com as indústrias formadas por imigrantes japoneses que acumularam capital no país para depois montar aqui a sua indústria-artesanal. Porém, há um caso registrado de um imigrante nipônico que veio para o país com objetivo de constituir uma indústria. “Muito provavelmente, Tatsuo Okachi tenha sido o único imigrante japonês a vir para o Brasil munido de capital e alta tecnologia e com intuito de estabelecer-se como industrial. Depois de formar-se em química agrícola na Universidade de Hokkaido, foi para os Estados Unidos fazer pesquisas sob a orientação de Jôkichi Takamine. Veio para o Brasil em 1923 e em 1925 fundou uma empresa farmacêutica em associação com um brasileiro. Dois anos depois fundou o Laboratório Okochi lançando “Takadiastase”, remédio digestivo que freqüentou por muito tempo os lares brasileiros. Esse laboratório continua trabalhando como fornecedor de matérias-primas para a indústria farmacêutica e alimentícia” (COMISSÃO DA ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 431).

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

Nome	Receitas	Setor
Coopercotia	10.315	Alimentos
Bco. América do Sul	7.044*	Banco
Coop. Sul Brasil	1.180	Alimentos
Moeda	1.100**	Agropecuária
Matsubara	1.080**	Agropecuária
Cotia Créd. Rural	1.063	Coop. Crédito
Takenaka	859	Fertilizantes
Óleos Pacaembu	852	Alimentos
Sansuy	799	Plásticos
Nakata	703	Mecânica
T. Tanaka	703	Importação
Motorádio	637	Eletroeletrônica
N. Sra. da Penha	512	Ind. Papel
Jacto	481	Mecânica
Kitano	427	Alimentos
Gyotoku	420	Cerâmica
Ito Ovos	406	Alimentos
Bratac	380	Fiação de seda
Papelok	313	Ind. Papel
Granja Saito	305	Alimentos
* Depósitos		
** Estimativa de Exame		
Fonte – EXAME Seleções Econômicas		

Isto quer dizer que vivendo em seus países de origem, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, [Japão] e etc. dentro de estruturas econômicas e sociais capitalistas plenas ou emergentes, tais imigrantes transplantaram estas mesmas estruturas nas regiões de destino. Os europeus embarcaram para as referidas regiões com “o capitalismo em seus ossos”, mesmo que não dispusessem de nenhum capital, mas apenas de iniciativa, habilidades especiais e engenhosidade [grifo nosso] (MAMIGONIAN, 1976, p. 89).

Com os industriais nipo-brasileiros não foi(ram) muito diferente(s). Eles se desenvolveram nos setores de alimentos e mecânica. No ramo de alimentos aproveitaram a demanda do amplo mercado agroindustrial brasileiro, passando de produtor agrícola para industrial, destacando-se na produção de café, algodão, óleo, ovos, verduras/hortaliças, dentre outros. Já no ramo da mecânica emergiram da necessidade da manutenção de equipamentos importados, estimulando, assim, o aparecimento de pequenas oficinas de consertos que, posteriormente, tornaram-se grandes empresas privadas nacionais dos setores: metal-mecânico (agrícola) e eletroeletrônico (rádio e TV). Também, haviam as companhias de colonização e emigração de capital estatal/privado japonês que investiram na agroindústria (algodão, bicho da seda etc.) e em bancos (América do Sul). Além do mais, elas apoiaram pequenas cooperativas rurais de imigrantes japoneses que, depois, tornaram-se grandes empresas brasileiras (Cooperativa Cotia).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Como podemos ver, a influência japonesa nos investimentos do desenvolvimento capitalista brasileiro deram-se pela iniciativa empreendedora do imigrante nipônico no segmento industrial (artesanato e conserto) e, também, pela empresa de colonização japonesa que passou atuar no setor produtivo e financeiro.

A internacionalização produtiva no Brasil: a entrada dos investimentos diretos japoneses.

Foi somente a partir 1950 que se verificou a instalação de indústrias japonesas no país devido à internacionalização produtiva que incentivou, de forma tímida, os investimentos diretos nipônicos no setor industrial¹¹.

Entre 1957 e 1962, aconteceu o primeiro boom da entrada de empresas nipônicas no Brasil no pós-guerra. Começou com a indústria de Pesca Taiyo, com sede em Santos, seguida da joint venture Usiminas, Ishikawajima, Howa, Kanebo, Kurabo, Canetas Pilot, Ajinomoto, NipponReizo, Yanmar Diesel, Kubota, Tekko e outras indústrias e empresas do setor comercial e financeiro (COMISSÃO DA ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 431).

Os investimentos diretos japoneses no Brasil, entre 1950-1960, foram estimulados pela importância do mercado interno e pela política de proteção aos produtos industriais aplicadas pelo governo brasileiro. Nessa fase, destacamos o setor têxtil como segmento de maior crescimento, onde as empresas japonesas puderam transferir para o país a produção de fibras naturais devido à proximidade com a matéria-prima. Porém, no Japão, passaram a atuar na promissora produção de fibras sintéticas. De modo geral, os investimentos no setor têxtil procuravam assegurar o suprimento de algodão às empresas, pois havia, no Japão, quotas para sua importação (UEHARA, 2008). Por isso, a nosso ver, houve o interesse da *Companhia de Colonização Japonesa* no setor agroindustrial apoiando/financiando os imigrantes patrícios na produção algodoeira.

As parcerias produtivas Brasil-Japão foram fomentadas pelas *joint ventures* entre empresas brasileiras com associações de capitais japoneses, surgindo, assim, uma nova empresa de cooperação nipo-brasileira. Nessa perspectiva, definimos dois tipos de *joint ventures* nipo-brasileiras no país: a) as empresas estatais que atuavam em setores

¹¹ Na imigração japonesa para o Brasil pouco se tem escrito sobre as empresas japonesas no país, como relata Handa (1987) “talvez haja alguma dificuldade em iniciar na história da imigração a vinda de empresas no pós-guerra, iniciada pelas empresas *Doi* e *Astoria*, ambas no ramo de porcelana, mas isso só veio a ser possível alicerçado nos 50 anos da colônia japonesa” (p. 774).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

estratégicos (siderúrgica, celulose e plástico) originadas de grandes projetos governamentais em parceria com as empresas privadas japonesas que tinham o apoio oficial do governo nipônico; b) as médias e grandes empresas privadas nacionais promissoras no ramo de eletroeletrônica despertaram o interesse de multinacionais japonesas para uma aliança estratégica. Tais tipologias impulsionaram a industrialização de bens de consumo duráveis, bens de capital e insumos básicos.

Dessa forma, destacamos a empresa estatal de suprimento de aço Usiminas (Usina Siderúrgica de Minas Gerais), criada em 1958 na cidade de Ipatinga/MG, como a principal parceria entre o Brasil e Japão. Por outro lado, enfatizamos a dinâmica da empresa privada nacional de rádio e televisão SEMP (Sociedade Eletro Mercantil Paulista Ltda.) fundada em 1951 na cidade de São Paulo, que despertou, em 1977, o interesse da *Toshiba Corporation S/A* do Japão, originando a SEMP-TOSHIBA do Brasil (ver o quadro 2).

Quadro 2: As parcerias produtivas entre Brasil e Japão (1950-80).

As maiores <i>joint ventures</i> nipo-brasileiras		
Nome	Ano de Instalação	Controle
Usiminas	1958	Siderbrás
CST	1976	Siderbrás
Sharp	1972	Grupo SID
Nibrasco	---	CVRD
Cenibra	1973	CVRD
Politeno	1974	Petroquisa
Semp-Toshiba	1977	Affonso B. Hannel
Polialden	---	Conespar
NEC	1980	Globo

Fonte – Adaptação da Revista EXAME Seleções Econômicas 1986¹².

A cooperação nipo-brasileira baseada em *joint venture* gera uma nova empresa formada por investidores estrangeiros e nacionais que passariam a dividir o controle e a propriedade da mesma. Elas deviam compartilhar o capital e a tecnologia, habilidades e competências, mas, sobretudo, o lucro. Normalmente, uma parceria produtiva ocorre quando uma empresa não tem recursos financeiros para alavancar o processo produtivo e

¹² Tais dados sobre as indústrias nipo-brasileiras e japonesas no Brasil são os únicos e os mais recentes. Como foi mencionado, poucos pesquisadores estudaram a influência produtiva (industrial) japonesa no país.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

tecnológico. No entanto, pode também acontecer quando uma multinacional visa a dinâmica industrial de uma empresa no exterior devido à qualidade do produto e do mercado em que atua, procurando, assim, controlar/eliminar a concorrente e/ou ampliar os negócios. Contudo, a *joint venture* pode ser uma opção para a internacionalização de empresas e, conseqüentemente, para uma aliança estratégica na economia global.

Os investimentos diretos japoneses nos setores estratégicos (siderurgia e petroquímica) da indústria brasileira ocorreram porque o Japão tinha uma dependência de recursos naturais. “Durante a década de 1970 os maiores fluxos de investimentos diretos no país ocorreram nos anos de 1973 e 1975, quando o Japão, castigado pelo choque do petróleo, procurou transferir para o exterior as indústrias que exigiam o uso intensivo de energia e outros recursos naturais” (UEHARA, 2008, p. 14). Os empreendimentos japoneses que se dirigiram para o Brasil foram tomados, sobretudo, pelo lado nipônico que tinha interesse no mercado brasileiro devido às fontes de matérias-primas e insumos. Com isso, vieram estabelecer no país numerosas empresas japonesas no período denominado de Milagre Econômico Brasileiro.

No quinquênio de 1968 a 73, a economia brasileira teve um extraordinário desenvolvimento, com crescimento anual de 11% no seu PIB. Tal resultado se deveu à política então adotada de estimular e favorecer o ingresso do capital estrangeiro, o que se abriu portas para a vinda de muitas empresas que investiram na indústria de bens de capital e bens de consumo durável. As grandes instalações de energia elétrica, comunicações e etc., que formam a infra-estrutura econômica do país, foram iniciadas, ampliadas ou complementadas nessa fase. Lançaram-se grandes projetos nacionais de desenvolvimento, resultando daí o chamado “milagre brasileiro”. A partir de 1973 cresce de modo extraordinário a vinda de empresas nipônicas para o Brasil (COMISSÃO DA ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 430).

O segundo boom da instalação de empresas japonesas no país foi marcado por diversas multinacionais nipônicas dos mais variados setores industriais (alimentos, têxtil, alumínio, celulose, fertilizantes, mecânica, eletroeletrônico, petroquímico e siderúrgico – vide o quadro 3).

Nesse período, segundo Silva (2006, p. 15), “o Japão foi o terceiro investidor externo no país e o segundo mercado individual para as exportações brasileiras, o que leva a afirmação de que essas exportações estiveram determinadas pelos investimentos diretos japoneses na economia brasileira”. Contudo, tais investimentos deram-se pela

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

acumulação flexível¹³ da economia nipônica com base na flexibilização da produção e do trabalho, juntamente com a inovação tecnológica e financeira.

Quadro 3: As entradas das multinacionais japonesas no Brasil.

As maiores empresas japonesas no Brasil		
<i>(Cz\$, milhões, 1986)</i>		
Nome	Receita	Setor
National	2.633	Eletroeletrônica
Ishibrás	2.315	Const. Naval
Moto Honda	2.116	Mat. Transporte
Mitsui Yoshioka	1.253	Alimentos
Kanebo	1.212	Têxtil
Furukawa	1.193	Metalurgia
Toyobo	1.079	Têxtil
Fert. Mitsui	1.012	Química
Rio Negro	869	Metalurgia
Yanmar	786	Mecânica
CBC	665	Metalurgia
Kurashiki**	634	Têxtil
Yakult	595	Alimentos
NGK	587	Metalurgia
Komatsu	585	Mecânica
Fuji Photo	550	Química
Mitsui	542	Comércio
Yamaha	534	Mat. Transporte
IKK Yoshida	527	Metalurgia
Sanyo	512	Eletroeletrônica
<i>* estimativa</i>		
<i>** Cotonifício e Lanifício</i>		
<i>Fonte – EXAME Seleções Econômicas</i>		

O crescimento significativo do fluxo de investimentos no Brasil se dá a partir de 1967, quando o Japão começa a obter superávits na sua balança de transações correntes, possibilitando a realização de empreendimentos no exterior. A década de 1970 foi um período de grande atração de IDE do Japão

¹³ “A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do *fordismo*. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compreensão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transportes possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado” (HARVEY, 1983, p. 140).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

ao país, que ocorreu simultaneamente com o significativo desempenho positivo da economia brasileira (UEHARA, 2008, p. 14).

Os investimentos japoneses diretos na década de 1970 foram importantes ao Brasil, por cinco motivos: a) o Japão se tornou um dos principais compradores de produtos agroindústrias derivados da soja; b) o capital e a tecnologia nipônica surgiram como alternativa aos Estados Unidos; c) os empresários japoneses concordavam em manter posições minoritárias no capital das empresas a serem constituídas; d) os empresários nipônicos não viam como um problema a negociação com órgãos e empresas estatais no Brasil; e, por último, e) a instalação da Zona Franca de Manaus (1967), pelo governo brasileiro, incentivou as multinacionais japonesas de tecnologia de ponta (UEHARA, 2008, p. 14).

De modo geral, os IDEs nipônicos na economia brasileira auxiliaram na mudança estrutural industrial do país, dinamizando, assim, o avanço da modernização tecnológica e da internacionalização da economia brasileira. Contudo, as indústrias privadas nipo-brasileiras que iniciaram de forma modesta (indústria-artesanal) atingiram, nessa fase, o porte de média e grande empresa com características da produção em massa, cujos métodos produtivos incorporaram novas tecnologias e trabalho padronizado/parcializado.

Crises e oportunidades na indústria brasileira no final do século XX.

Na década de 1980, o Estado era protagonista do desenvolvimento industrial sob o viés de substituição substitutiva de importações que entra em crise devido à conjuntura internacional (choque do petróleo, Guerra do Vietnã, *fordismo*, entre outras) e nacional (dívida externa, inflação e desemprego). Com isso, surgiu um novo modelo de desenvolvimento econômico pautado numa nova ideologia denominada de neoliberalismo. Nessa perspectiva, a base produtiva liderada pelo Estado cede lugar aos agentes de mercado que dinamizam a especulação financeira, consolidando o capitalismo financeiro. Diante desse cenário conturbado e de recessão econômica, os investidores japoneses sentiram-se desestimulados para novas operações devido à instabilidade do país.

Os investimentos diretos japoneses no exterior na década de 80 foram distribuídos da seguinte forma: Estados Unidos (43%), Europa (18,5%), com destaque para o Reino Unido (6,3%) e Países Baixos (4,4%); Ásia e Oceania (19,6%), destacando-se Austrália (4,8%), Hong Kong (3,2%), Indonésia (2,8%) e Cingapura (2,2%); América Latina e Caribe (14,1%), com liderança do Panamá (6,5%), Ilhas Cayman (3,0%) e Brasil (1,4%); e finalmente a África com menos de 2%. [...] O crescimento dos investimentos japoneses na segunda

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

metade da década de 80 assegurou ao Japão o segundo lugar de maior investidor, depois do Reino Unido, em termos de fluxos, respondendo por 36% dos investimentos diretos globais. [...] A dinâmica dos investimentos japoneses nos anos 0 beneficiou-se da posição do iene frente às demais moedas dos países desenvolvidos, o que lhe permitiu inclusive, um maior envolvimento em fusões e aquisições de empresas americanas e européias (SILVA, 2006, p. 8-9).

Como podemos verificar, a economia japonesa, na década de 1980, teve um crescimento econômico balizado na capacidade produtiva/tecnológica, na ampliação dos mercados e no sistema monetário forte. Ao contrário da economia brasileira, que teve uma desaceleração econômica, um déficit no balanço de pagamentos e uma deteriorização do parque industrial. Isto quer dizer que as políticas industriais protecionistas da substituição de importações e as crises internas/externas do período provocaram certo atraso tecnológico (sucateamento do parque produtivo), deixando, assim, a indústria nacional menos competitiva no circuito produtivo e financeiro internacional.

Nos anos 1990, o Estado procurou combater a inflação e controlar a dívida externa para a retomada do crescimento econômico. Entraram em cena as políticas neoliberais: a) abertura da economia ao mercado globalizado; b) desregulamentações dos mercados nacionais balizado pela privatização das empresas públicas e pelas fusões/aquisições de empresas. Com a estabilização monetária (plano real) as empresas nacionais tiveram que aumentar a sua capacidade produtiva e tecnológica devido à competitividade das empresas estrangeiras e nacionais ocasionada pela abertura comercial em 1992 (BRUM, 2000).

Nessa fase, as indústrias privadas nipo-brasileiras (pequeno, médio e grande porte do tópico 2.1) precisaram se adaptar às novas exigências de competitividade, buscando estratégias industriais pautadas na racionalização no uso dos fatores (internos e externos), na informatização dos processos produtivos, na automação industrial, na terceirização das atividades secundárias, nas novas formas de organização do trabalho na fábrica, entre outras. Todas essas medidas estão na base da reestruturação produtiva com o fito de sobreviver à recessão econômica dos anos 1980-90.

Os investimentos diretos japoneses no mundo declinaram nos anos 1990 devido à recessão econômica da abertura do mercado financeiro nipônico que sofreu ataques especulativos provocando aumento na dívida pública e a valorização da moeda. Com isso, as multinacionais japonesas tiveram queda na lucratividade pela crise interna que, conseqüentemente, limitaram a atuação dessas empresas no mercado externo. Todavia, a presença dos IDEs japoneses no Brasil deram-se pelas oportunidades no setor produtivo

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

com a estabilização monetária, pelas privatizações de empresas estatais e pelas concessões de serviços públicos.

Segundo Uehara (2008), a participação de empresas nipônicas no processo de privatização brasileira na década de 1990 limitou-se ao setor de telefonia móvel, representando apenas 0,4% do valor total das privatizações US\$ 72 bilhões de dólares arrecadados até 1999. Tais dados sobre a privatização no Brasil ajudam a mostrar quadro de que os investimentos japoneses no mundo diminuíram devido à forte crise financeira que atingiu as filiais japonesas no Sudeste Asiático¹⁴. Assim, durante os anos 1990 os investimentos diretos japoneses foram afetados dando lugar para a reestruturação do sistema econômico financeiro.

No início do século XXI, os fluxos globais de investimentos nipônicos estiveram desacelerados pelo baixo crescimento econômico ocasionado pelo mercado financeiro. O Brasil recebeu investimentos japoneses destinados ao setor automotivo com a entrada das montadoras: *Honda, Komatsu, Mitisubishi Motors, Nissan e Toyota* (NUNES, 2006). Dentro desse contexto, ressaltamos, também, que as indústrias privadas nipo-brasileiras buscaram priorizar maior qualidade do produto para concorrer em outros mercados, tornando-se, assim, mais competitivas. Para isso, investiram em tecnologias para garantir o aumento da produtividade. Tais investimentos iam desde o setor produtivo até as políticas de recursos humanos e marketing.

Considerações finais

É neste contexto, que compreendemos a participação da indústria privada nipo-brasileira e a entrada das empresas multinacionais japonesas, no processo de industrialização brasileira. O Estado no Japão e no Brasil teve uma grande importância no desenvolvimento capitalista, pois eram países retardatários na dinâmica industrial devido à incipiente burguesia que não tinha força e capital para alavancar tal processo. Coube ao Estado essa tarefa. Em outras palavras, o capitalismo industrial era estimulado e financiado pelo Estado, sendo que o mesmo exercia a função de empresário e protetor da indústria nacional frente às empresas estrangeiras.

¹⁴ A recessão econômica japonesa tem a ver com a crise da bolsa de Nova York de 1987, quando os EUA tiveram graves desequilíbrios comerciais que diminuíram suas reservas de acumulação. Com isso, o Japão foi pressionado a liberar o mercado financeiro que, posteriormente, sofreria(m) vários ataques especulativos, dentre eles o crash das bolsas asiáticas de 1997, provocando um aumento na dívida pública e na valorização da moeda (ARRIGHI, 1996).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Diferentemente do Brasil e de outros países de industrialização tardia, o Japão procurou manter suas características históricas e peculiares, estabelecendo regras para normatizar o capital estrangeiro no setor produtivo, fazia(m) isso porque tinham medo de perder o controle do território nacional.

Após a II Guerra Mundial, o Japão se constituiu numa superpotência e o Brasil se inspirou nele para elaborar o projeto Brasil-Grande. Segundo Brum (2000), o país se espelhava no milagre japonês devido, principalmente, a cinco fatores: população de elevado nível cultural, alta capacidade de poupança da população, recursos humanos qualificados, autonomia científica/tecnológica e grandes empresas nacionais privadas. A qualidade e a capacidade produtiva/tecnológica despertaram interesses de vários países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Apesar do rápido crescimento econômico brasileiro, na década de 1970, não conseguimos consolidar um desenvolvimento autônomo, devido à baixa capacidade de poupança interna, à falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento industrial, ao baixo nível cultural dos trabalhadores, ao grande endividamento externo e, por fim, à elite dirigente entreguista que passou para as empresas multinacionais a dianteira da dinâmica industrial do país, diferente do Japão, que apostou nas grandes empresas privadas nacionais (*Zaibatsu* e *Keiretsu*) para alavancar o desenvolvimento do país. Contudo, foi nesse cenário que emergiram as multinacionais japonesas no Brasil.

Conforme Brum (2000), sabemos que as empresas multinacionais, em especial, no nosso caso, as empresas estrangeiras japonesas no Brasil, atuaram nos setores mais dinâmicos do sistema econômico devido à incorporação e difusão de fatores tecnológicos. Já as indústrias domésticas, vislumbramos as indústrias nipo-brasileiras, que têm um histórico de atuarem em nichos de mercados e em setores com baixa capacidade tecnológica do circuito econômico.

De modo geral, a indústria privada nipo-brasileira ganhou visibilidade no Brasil a partir da década de 1970, quando as indústrias fabris dos imigrantes japoneses começaram a se destacar em nível regional e nacional. Ao mesmo tempo, ocorreu a entrada das empresas multinacionais japonesas devido à internacionalização da economia brasileira pelas indústrias de capitais estrangeiros. Foi nessa fase que as indústrias japonesas e brasileiras atingiram o grau máximo do processo de industrialização, passando, assim, a ter no seu parque produtivo indústrias de bens de consumo duráveis, industriais intermediárias e indústrias pesadas. A diferença principal era que o Japão desenvolveu a sua indústria com inovações tecnológicas normatizar o capital estrangeiro no setor

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

produtivo, fazia(m) isso porque tinham medo de perder o controle do território nacional. próprias e o Brasil expandir seu parque fabril com capitais e tecnologias estrangeiras.

Atualmente, as indústrias brasileiras cresceram e desenvolveram tecnologias próprias competindo no mercado nacional e internacional; as indústrias privadas nipo-brasileiras não ficaram para trás, criaram produtos inovadores e antes da Abertura Comercial (1992), quando chegou o período de grande concorrência, ela estava pronta para competir com os produtos importados e com as multinacionais do setor.

Em poucas palavras, a territorialização das indústrias japonesas e nipo-brasileiras no país deu-se (in)diretamente pela tutela de ambos os Estados. Nesse sentido, as indústrias privadas nipo-brasileiras dinamizadas pelos imigrantes japoneses, de certo modo, tiveram na ação do Estado japonês e do Estado brasileiro à condição de reterritorializar no Brasil, porém a iniciativa da pequena unidade artesanal-industrial aconteceu pelas benesses do trabalho individual/familiar do nipo-brasileiro. Já as parcerias produtivas de empresas entre Brasil e Japão foram normatizadas pela participação do Estado brasileiro na cooperação de uma *joint venture* nipo-brasileira. Tais parcerias atingiriam os objetivos dos respectivos países que eram, de um lado, se internacionalizar e, de outro lado, se capitalizar.

Nessa perspectiva, a indústria privada familiar nipo-brasileira emergiu do pequeno artesanato e do comércio que foi motivada por uma incipiente burguesia industrial paulista interiorana. Tais indústrias foram estimuladas indiretamente pelo Estado brasileiro devido à formação do mercado interno paulista que estava balizado na marcha para o Oeste, nas ferrovias, na economia algodoeira, nas vendas de lotes/terras (rural e urbana) e, sobretudo, na migração estrangeira. O Estado japonês também contribuiu de forma indireta por meio das empresas de colonização que assentaram parte dessa população no Brasil, ajudando na reterritorialização dos mesmos, apoiando na produção técnico-agrícola (financiando/capacitando) de vários pequenos produtores. Foi dentro dessa estrutura e conjuntura que nasceram as indústrias privadas nipo-brasileiras, de forma modesta através do acúmulo de capital (poupança) na lavoura que, posteriormente, foi investido no comércio e/ou na pequena atividade fabril-artesanal-familiar, atendendo, assim, o mercado local/regional.

Referências bibliográficas

ALLEN, G. C. **A economia japonesa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** Rio de Janeiro: Vozes/Unijut, 2000.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1997.** 2ed. Campinas: IE, 1998.

CHESNAIS, Francois. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

DUNDES, Ana Claudia. **O processo de (des) industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente.** Presidente Prudente/SP: FCT/Unesp, 1998. (Dissertação de Mestrado)

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: a história de sua vida no Brasil.** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros/ T. A. Queiroz, 1987.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

HERRERA, Vânia Érica. **Análise da indústria de bens de capital agrícola no Brasil: estudo de caso do Grupo Jacto S/A.** Marília: Centro Universitário Eurípides de Marília, 2005 (mineo).

KON, Anita. **Economia industrial.** São Paulo: Nobel, 1994.

MAMIGONIAN, Armem. **O processo de industrialização em São Paulo.** Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, n. 50, p. 85-101, 1976.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise no Brasil Agrário.** São Paulo: Pioneira, 1973.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **A industrialização do Oeste Paulista: o caso de Marília.** Presidente Prudente: FCT/Unesp, 1994. (Dissertação de Mestrado)

_____. **Reestruturação produtiva da indústria e desenvolvimento regional: a região de Marília.** São Paulo: FFLCHT/USP, 2002. (Tese de Doutorado)

NIVEAU, Maurice. **História dos fatos econômicos contemporâneo.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

NUNES, Paulo Henrique Faria. As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro. Uberlândia: **Caminhos de Geografia**, v.6, n. 19, outubro, p. 90-101, 2006.

OKABE, Hiroji. **Algumas reflexões sobre a formação do capitalismo japonês**. In: Argumento: revista mensal de cultura, n. 3, ano 1, p. 51-65, 1974.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atraso**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada. In: Fausto, Boris. (Org.). **Fazer a América: imigração em massa para a América Latina**. Edusp, 2000.

_____. Primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: **Revista USP**, n. 27, set/out/nov, p. 32-45, 1995.

SILVA, Luciana Acioly da. O perfil do investimento direto japonês no Brasil (1990-2005). Brasília: **Nota Técnica/IPEA**, julho de 2006. http://sistemasweb.desenvolvimento.gov.br/investimentos_web/arquivo/Japãorelatório.IVestudodoIPEA.pdf. Acesso em 06/04/09.

SILVA, Marcos Aurélio da. **Japão: Revolução passiva e rivalidade imperialista**. Cadernos Geográficos (UFSC), Florianópolis, v.1, p. 48-66, 2007.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Japão: o capital se faz em casa**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **O crescimento econômico e os investimentos diretos japoneses no Brasil**. 2002. WWW.fjisp.org.br/estudos/ed%2002/crescimentoeconomico.doc. Acesso em 04/04/09.